

André Vargas pede licença da Câmara e caso vai para o STF

Rubia Pimenta e AE

A Justiça Federal do PR enviará ao Supremo documentos de operação que liga doleiro ao petista Pressionado, parlamentar solicitou ontem afastamento por 60 dias e alegou 'motivos pessoais'

O vice-presidente da Câmara, o deputado londrinense André Vargas (PT-PR), apresentou ontem um pedido de licença não remunerada do cargo por 60 dias. A solicitação veio logo após eclodirem novas denúncias que o ligam a o parlamentar e o doleiro Alberto Youssef em um suposto esquema de desvio de dinheiro no Ministério da Saúde. O caso será investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Vargas deixará de receber o salário de R\$ 26.723,13 e outros benefícios. No pedido, o petista alega motivos particulares. Apesar da licença, Vargas não perderá o cargo de vice-presidente da Câmara e terá foro privilegiado perante o Supremo.

O pedido de denúncia ocorreu após a revista "Veja" publicar, no último fim de semana, mensagens interceptadas pela Polícia Federal em que Vargas prometia ajudar o doleiro em negociações com o Ministério da Saúde.

Conforme a revista, Youssef é dono do laboratório de remédios genéricos Labogem, uma empresa de fachada. "Acredite em mim. Você vai ver o quanto isso vai valer. Tua independência financeira e nossa também, é claro", dizia uma das mensagens enviadas por Youssef.

Em outras mensagens, Vargas cobrou do doleiro a falta de pagamentos a "consultores". Em 19 de setembro de 2013, conforme o site da revista Veja informou, Vargas reclamou: "Sabe por que não pagam o Milton?", perguntou o deputado. Em resposta, Youssef escreveu: "Calma, vai ser pago. Falei para você que iria cuidar disso". Mas André Vargas insistiu. "Consultores que trabalham com ele há meses e não receberam", teclou Vargas. O doleiro tentou tranquilizar o deputado: "Deixa que já vai receber", garantiu Youssef.

A troca de mensagens não permitiu a identificação da origem desses "consultores". A conversa é, segundo a Veja, mais um indício recolhido pela Polícia Federal para reforçar a suspeita de crime.

STF

A Justiça Federal do Paraná decidiu encaminhar ao STF toda a documentação reunida pela PF na Operação Lava Jato. Caberá à Corte levar o caso à Procuradoria-Geral da República, que decidirá se pede ou não abertura de investigação contra Vargas.

A Justiça avalia que ainda é prematura afirmação que o relacionamento entre o doleiro e Vargas "teria natureza criminosa". Mas, as frequentes citações a Vargas nos autos da Lava Jato já são suficientes para o deslocamento dessa etapa do caso para o Supremo.

A PF tem 10 dias para reunir esses documentos que mostram a aproximação entre o doleiro e o deputado petista. Apenas a parte relativa ao parlamentar seguirá para o STF.

A investigação aponta para crimes de evasão de divisas, "corrupção de empregado público da Petrobras (Paulo Roberto da Costa, ex-diretor de Abastecimento da estatal)" e crimes de lavagem de dinheiro, até com produto do tráfico de drogas. Essa parte dos autos continuará aos cuidados da PF no Paraná.

Avaliação

A cúpula do PT na próxima quinta-feira, para discutir a relação de Vargas com Youssef e quais medidas tomar em relação ao caso.

Segundo o presidente do partido, Rui Falcão, a sigla trabalhará com a presunção de inocência, mas "não convalida este tipo de relação, se é que existiu".

Uma comissão deve ser montada para ouvir o deputado e pessoas próximas a ele.

A reportagem de O Diário tentou contato ontem com o deputado estadual e presidente estadual do PT no Paraná, Enio Verri, para comentar o caso. O parlamentar e sua assessoria de imprensa não retornaram as ligações

EXPLICAÇÃO

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, disse em nota divulgada ontem, ser vítima de "massacre midiático".

A nota diz que com a licença de 60 dias da Casa, "ele pretende, antes de tudo, preservar a instituição da qual faz parte, a Câmara dos Deputados, enquanto prepara sua defesa diante do massacre midiático que está sofrendo, fruto de vazamento ilegal de informações."

Segundo ainda a nota enviada à imprensa, "é importante ressaltar que André Vargas não é alvo de nenhuma investigação e não foi comunicado oficialmente acerca dos temas tratados pela imprensa."

PP e PMDB envolvidos

A Operação Lava Jato, da Polícia Federal, mostra que o doleiro Alberto Yousseff teria intermediado doações para deputados e diretórios do PP e PMDB nas eleições de 2010. Entre os deputados federais citados está o paranaense Nelson Muerer (PP-PR), cuja base eleitoral é em Francisco Beltrão.

Segundo as denúncias, Muerer teria recebido R\$ 500 mil em doações por meio da empresa Queiroz Galvão. As negociações foram flagradas com a quebra de sigilo de e-mails do doleiro, nos quais Yousseff trata de doações com representantes das empresas Queiroz Galvão e Jaraguá Equipamentos, ambas fornecedoras da Petrobras. O valor foi declarado ao Tribunal Superior

Eleitoral (TSE).

O PP nacional aparece com uma lista de doações, onde consta como beneficiário de R\$ 2,040 milhões.

Ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PP relata ter recebido R\$ 2,240 milhões da Vital Engenharia e R\$ 500 mil da Queiroz Galvão. O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), disse não conhecer o doleiro e frisou que não comandava a legenda na época. Nelson Meurer não foi encontrado ontem pela reportagem.

Representação por quebra de decoro

O PSDB, DEM e PPS protocolaram ontem uma representação pedindo a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra André Vargas, vice-presidente da Câmara dos Deputados.

Na representação, os partidos citam a reportagem da Folha de S.Paulo que revelou que o petista trocou mensagens com o doleiro. Alberto Youssef. Nas conversas, os dois combinaram o empréstimo de um jatinho para o deputado viajar com a família e conversaram sobre a negociação de um laboratório com o Ministério da Saúde.

No texto, a representação cita que o empréstimo do avião por Vargas pode ser identificado como "procedimento incompatível com o decoro parlamentar e punível com a perda do mandato".

O presidente estadual do PPS, deputado federal Rubens Bueno, considera as denúncias "gravíssimas". "Essas denúncias de que ele estaria participando de um esquema para obtenção de dinheiro junto ao Ministério da Saúde são gravíssimas. Os indícios são fortes, e não podem ser ignorados".

Bueno ressalta que o pedido de licença de Vargas aconteceu por pressão dos deputados e até de parlamentares ligados ao Partido dos Trabalhadores. "Ele é vice-presidente do Congresso Nacional, logo essas denúncias colocam toda a instituição em uma situação de constrangimento. Era preciso que ele sáísse do cargo para que exista condições de investigação e isenção no decorrer do processo".

O Conselho de Ética terá 90 dias para analisar o caso. Inicialmente, o presidente do colegiado, Ricardo Izar (PSD-SP) designará um relator para analisar o pedido de investigação. Ele elaborará um parecer preliminar pela admissibilidade do processo.

Caso seja aceito, o Conselho iniciará as investigações. A oposição pede ainda que o colegiado faça uma oitiva com Youssef,

Se o conselho decidir pela cassação, o processo será enviado para votação em plenário. Vargas poderá apresentar sua defesa em qualquer momento do processo.

A Secretaria-Geral da Mesa da Câmara decidiu arquivar o pedido protocolado, na semana

passada, pelo PSOL para que fosse aberta uma investigação sobre os fatos envolvendo Vargas e Youssef. /// Rubia Pimenta e Agências

PSOL ACIONA DEPUTADO

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), examina na tarde de hoje, a representação protocolada pelo PSOL na Corregedoria da Casa contra o vice-presidente André Vargas (PT-PR).

A bancada pede a apuração das denúncias envolvendo a relação do petista com o doleiro Alberto Youssef. A sigla deve entrar hoje também com uma representação, desta vez junto ao Ministério Público.

"A relação mantida não é a da alegada amizade de 20 anos, mas sim envolvem negociatas e possíveis fraudes em processos administrativos, com a utilização da influência do deputado André Vargas", diz a nota do PSOL

Ao chegar ao Congresso, o peemedebista disse que a apuração dos fatos acontecerá "sem qualquer preocupação político-partidária". "Cada um vai cumprir o seu dever. E que se estabeleça a verdade que o País quer conhecer", afirmou.

Alves contou que recebeu ontem um telefonema de Vargas informando sobre o pedido de licenciamento do mandato por 60 dias. O presidente da Câmara preferiu não comentar a decisão. "Não me cabe avaliar isso, me cabe apenas respeitar", respondeu.

/// Das Agências



SATISFEITO

O líder do PT na Câmara, deputado Vicentinho (SP), afirmou ontem que o partido ficou "satisfeito" com a atitude do vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), de se licenciar do mandato. "O nosso partido está satisfeito com a atitude que ele tomou. Respeitamos a decisão", disse o líder. "O afastamento era algo que nós esperávamos", completou.